



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE MUSEOLOGIA

ROSILDA REMÍGIO GUEDES

A PRESERVAÇÃO DO COTONIFÍCIO DA TORRE: USOS DA MEMÓRIA E
PROBLEMAS URBANOS

RECIFE-PE
2018

ROSILDA REMÍGIO GUEDES

A PRESERVAÇÃO DO COTONIFÍCIO DA TORRE: USOS DA MEMÓRIA E
PROBLEMAS URBANOS

Trabalho de Conclusão apresentado ao Curso de
Museologia, como requisito parcial para
obtenção do grau de Bacharel em Museologia.

Professor Orientador - Francisco Sá Barreto.

Recife-PE
2018

FICHA CATALOGRÁFICA

GUEDES, Rosilda Remígio

A PRESERVAÇÃO DO COTONIFÍCIO DA TORRE: Usos da memória e problemas urbanos. Rosilda Remígio Guedes, Recife-PE, 2018. 46p

Trabalho de Conclusão apresentado ao Curso de Museologia da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, 2018.

Orientador: Francisco Sá Barreto

1. Patrimônio
2. Memória coletiva
3. Segregação social
4. Especulação imobiliária

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, apresentado como requisito necessário para a obtenção do título de Bacharel em Museologia. Qualquer citação atenderá às normas da ética científicas.

Rosilda Remígio Guedes

Trabalho apresentado em 03/03/2018

Professor Orientador:

Francisco Sá Barreto – Doutor em Sociologia, Prof. Adjunto III do Dep.
De Antropologia e Museologia da UFPE

1º Professor Examinador:

Hugo Menezes Neto - Professor do Departamento de Antropologia e Museologia da UFPE, Professor colaborador do Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal do Pará (PPGA/UFGA). Doutor em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais - PPGSA/IFCS/UFRJ.

2º Professor Examinador

_ Izabella Medeiros - Mestra e Doutoranda em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco

Coordenador

Alexandro Silva de Jesus – Professor Universitário, Coordenador do Curso de Graduação em Museologia da UFPE

Dedico este trabalho aos meus filhos pelo apoio, e em especial a Glauber, pois sem sua colaboração não teria concluído esta pesquisa.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus por meus filhos, os quais me incentivaram a ingressar na UFPE, no curso de Museologia, dando-me a oportunidade da realização do sonho de criança que era ter a oportunidade de estudar em uma instituição da dimensão da Universidade Federal de Pernambuco.

Agradecimento não menos afetuoso, estendo a todo quadro docente e administrativo que me acolheu com muito carinho. Em especial ao professor Francisco, querido Chico, meu orientador que teve a sensibilidade de aceitar trabalhar comigo neste projeto; contribuindo, assim, para que eu conseguisse o amadurecimento necessário para realizá-lo.

Aos colegas de turma por estarem ali, juntos, todas as noites; em especial Ronaldo, Leandro Luiz, Fabiano. Assim como a Eduardo, Suenny e Jeniffer, pela companhia nas viagens na volta para casa de “busão”, o que nos permitiu a construção de um forte vínculo de amizade.

Às minhas amigas, “as poderosas”, que me mantiveram nas suas listas de viagens e eventos, mesmo com a minha impossibilidade de comparecer.

Enfim, àqueles que me estimularam, externando um sentimento de alegria, a cada período transcorrido com sucesso.

RESUMO

Este trabalho traz uma reflexão sobre a relação entre políticas patrimoniais e requalificação urbana, tendo como o seu foco o processo de patrimonialização do prédio Cotonifício Torre, uma importante referência para a memória coletiva do bairro da Torre, na cidade do Recife, conforme alega o grupo de Direitos Urbanos da cidade do Recife e alguns moradores. Este prédio foi uma fábrica têxtil, fundada em 1884. Teve uma grande importância durante o período que o cultivo do algodão foi bastante relevante para a economia regional. Foi também um vetor de urbanização no passado e, atualmente, é alvo de uma intensa especulação imobiliária. A associação entre interesse imobiliária e políticas de patrimonialização tem produzido importantes transformações na estrutura do bairro da Torre, No entanto, a questão que persiste durante a pesquisa e elaboração desta, baseando-se em teóricos que embasassem o debate da legitimidade das memórias que o documento afirma serem memórias coletivas, uma vez que muitas vezes foram invisibilizadas do processo. Porém, as memórias que o grupo ativista aponta como valor para a patrimonialização da fábrica da Torre devem ser legitimadas a ponto de valerem como argumento convincente aos órgãos gestores para se efetivar o tombamento.

Palavras-chave: patrimônio, memória coletiva, segregação social e especulação imobiliária

SUMMARY

This work presents a reflection on the relationship between patrimonial policies and urban renewal, focusing on the patrimonialisation process of the Cotonificio Torre building, an important reference for the collective memory of the Torre neighbourhood, in the city of Recife, as claimed by the group of Urban Rights of the city of Recife and some residents. This building was a textile factory, founded in 1884. It was of great importance during the period that cotton cultivation was very relevant to the regional economy. It has also been a vector of urbanization in the past and is currently the subject of intense furniture speculation. The association between real estate interest and patrimonialisation policies has produced important transformations in the structure of the neighbourhood of the Tower. However the question that persists during the research and elaboration of this, relying on theoreticians that would base the debate on the legitimacy of the memories that the document claims to be collective memories, since many voices were made invisible of the process. But are the memories that the activist group points out as valuable for the patrimonialisation of the Torre factory legitimate enough to be a convincing argument for the management bodies to effect the tipping.

Keywords: patrimony, collective memory, social segregation and real estate speculation

LISTA DE SIGLAS

ARU - Área de Reestruturação Urbana

DPPC - Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural

DPSH - Departamento de Preservação de Sítios Históricos do Recife

DU – Direitos Urbanos

FUNDARPE - Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

IBGE – Instituto brasileiro de Geografia e Estatística

PPSH/RMR - Plano de Preservação dos Sítios Históricos da Região Metropolitana do Recife

RMR – Região Metropolitana do Recife

UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

ZEPH - Zona Especial de Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I - O Bairro da Torre	6
1.1 - Aspectos da urbanização do bairro da Torre	6
1.2 – Problemas urbanos do bairro da Torre	11
CAPÍTULO II - Patrimonialização e Gentrificação	17
2.1 - O conceito de Patrimônio e o gesto da patrimonialização	17
2.2 – Recife, patrimonialização, e gentrificação	20
CAPÍTULO III - O tombamento do Cotonificio Torre	26
3.1 - O processo de patrimonializacao do cotonificio	26
3.2 - A dinâmica de memórias: quais as que merecem ser preservadas?	29
CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
REFERÊNCIAS	34

INTRODUÇÃO

A escolha do processo de Tombamento do Cotonifício da Torre como objeto de pesquisa para este Trabalho de Conclusão do Curso de Museologia da UFPE proporcionou uma angustiante busca de argumentos teóricos para a elaboração do trabalho que justificassem uma reflexão sobre a patrimonialização da antiga fábrica da Torre. Não sendo um objeto de museu, mas preste a ser sacralizado fora dele, não se enquadra nos parâmetros apresentados nos conceitos da Museologia convencional – sendo esta a ciência dos museus na relação Museu-Homem-Sociedade. Fora dessa perspectiva museológica, tornou-se confuso alinhar relações do bem como um fato museal, como orienta Waldisa Russio (1979), uma vez que não existe Museu como cenário da relação homem x objeto e suas práticas do cotidiano (documentação, conservação, comunicação, educação, etc).

No entanto, as alterações nas abrangências dos conceitos da museologia, outras possibilidades teóricas permitiram posicionar meu objeto de pesquisa, (a fábrica da Torre) mesmo não sendo museu, nem ecomuseu¹, nem museu comunitário, estes últimos consistem na idéia de patrimonializar os elementos em favor da comunidade (geralmente, aproveitando o potencial turístico), conforme Paulo Peixoto sugere.

Assim, o objeto em questão possuindo uma carga simbólica patrimonial numa dimensão histórica e de memória coletiva merecem ser analisadas, por terem sido consideradas como uma saída para a construção desse exercício. Para tal, a metodologia utilizada para dar crédito científico foi por meio de pesquisas bibliográfica, descritiva, em artigos científicos; publicações em jornais, análise de textos e dados do IBGE sobre o bairro da Torre; acesso a informações teóricas acadêmicas em aulas expositivas; pesquisas em sites; entrevistas não estruturadas com moradores e ex-operárias; capturas de imagens fotográficas; análise do documento de solicitação de tombamento e de diversos estudos com foco no bairro da Torre, especialmente o Plano de Preservação dos Sítios Históricos da Região Metropolitana do Recife da Prefeitura da Cidade do Recife, através da DPPC

Baseando-se nas teorias que abordam o uso do patrimônio na contemporaneidade, principalmente, nas que se referem à instrumentalização globalizada (como recurso, nos projetos de revitalização de centros históricos, geralmente, associados ao turismo) que nesses

¹ Ecomuseu - tipologia contemporânea de museu, no qual os membros da comunidade são agentes diretos na participação da coleta, pesquisa, preservação e difusão do seu patrimônio (Brulon, 2006).

processos de patrimonialização², nem sempre, têm por fim a preservação de uma identidade. Isto despertou o interesse desta pesquisa na investigação sobre a legitimidade da memória coletiva selecionada na argumentação para a solicitação de tombamento da Fábrica da Torre (Peixoto, 2004).

No que diz respeito ao objeto, o Cotonifício da Torre é uma antiga fábrica localizada no Bairro da Torre, Zona Norte do Recife-PE. Sua origem está ligada a atividade têxtil e foi impulsionada pelo surto do cultivo do algodão no Estado, na época de 1884, momento em que esta havia se tornado umas das mais importantes atividades econômicas de Pernambuco. A partir de seu funcionamento, deu-se também início a um processo de urbanização do bairro da Torre e do seu entorno.

Por razões de ordem econômica, a fábrica enfrentou problemas que culminaram com o seu fechamento na década de 70 do século passado. Contudo, as estruturas físicas da antiga fábrica resistem até hoje, formando um conjunto com a Vila Operária. Após o encerramento das atividades das fábricas do bairro, este deixou de ser um bairro operário, tornando-se mais diversificado em serviços, desde então, até a intensa verticalização. Atraindo grandes redes de comércio varejista e da exploração imobiliária, com isso, comprometendo a qualidade de vida dos moradores. Sendo o vetor dessa transformação, o qual favoreceu a proliferação de empreendimentos imobiliários na região, a lei Municipal conhecida “Lei dos 12 Bairros”, a qual rege condições de uso, ocupação do solo e altura das construções de prédios dos 12 bairros, enquanto que os não contemplados pela referida lei, Madalena, Torre, Casa Amarela, Rosarinho sofrem, desde então, mudanças estruturais paisagísticas, econômicas e sociais.

Ante o rápido crescimento do número de construções de torres residenciais, derrubada de árvores e demolições de edificações históricas do bairro, como parte da Vila Operária, a sociedade civil organizada, interessada em proteger as edificações simbólicas da cidade do Recife e regiões, juntamente com moradores do bairro da Torre, solicitou em 2013 o tombamento do Cotonifício da Torre. Tal pleito estava fundamentado na alegação da existência de valores históricos, valores de memória coletiva e valores ecológicos (pela área verde localizada no terreno da fábrica). Com tais argumentos a fábrica “deve” ser preservada a fim de cessar a verticalização, a qual tornou o bairro da Torre em um dos maiores adensamentos habitacionais da cidade do Recife.

² : “A patrimonialização é uma ação que tem como finalidade fomentar o desenvolvimento através da valorização, revitalização de uma determinada cultura e do seu patrimônio cultural” (Silva, 2011).

Em entrevistas não estruturadas, enfocando a coleta de dados sobre as impressões da patrimonialização da fábrica com antigos moradores e usuários do bairro (ex-operários da fábrica da Torre), as “conversas” foram conduzidas com algumas perguntas, tais como era o cotidiano dos operários no horário de trabalho, qual o sistema salarial e quais os anseios das entrevistadas em relação ao futuro da fábrica. Conforme as falas iam se desenvolvendo, sem anotações ou gravações, apenas com a memorização e observações das manifestações emocionais, para relatos nesta pesquisa. Além do levantamento de outros dados, algumas questões vão aparecendo como algo que destoam um pouco da forma como o problema foi apresentado por quem está pleiteando a sua patrimonialização, tornando-se duvidosa a expressão “consenso”, no documento estando evidente o silenciamento da grande parte das memórias do bairro, se estas não estão representadas nesse processo. Diante disso, torna-se importante perguntar: o Cotonifício da Torre merece ser tombado para quê? Quem está diretamente interessado nesta política e quem se beneficiará dela?

Quanto à estrutura do trabalho, este foi elaborado em três capítulos. O primeiro capítulo aborda aspectos históricos e de urbanização sobre o bairro da Torre, utilizando-se do pensamento do sociólogo Vamireh Chacon (1974) ao expor a importância do algodão no processo de expansão da indústria têxtil de Pernambuco e conseqüentemente da cidade do Recife; como Telma de B. Correia trata das vilas operárias como aglomerações criadas pelas empresas para seus funcionários e o contexto que suas denominações eram utilizadas; o rio Capibaribe como importante estruturador na expansão urbana e econômica da cidade tendo a paisagem do rio como estratégia de marketing para o Setor Imobiliário é o que aborda Juliana de F. Costa (2010); ainda, as mudanças na forma urbana pela construção de condições para viver das ocupações habitacionais nos espaços, estes geradores ou resultados de exclusão social como trata do assunto Ermínia Maricato (2001).

Tema também presente nas transformações na ordem urbana, de Maria Angela de Almeida Souza e Jan Bitoun sobre uma segregação que invisibiliza os mais pobres; outros problemas estruturais do bairro da Torre estudados pela Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural da Prefeitura da Cidade do Recife referem-se aos desmandos governamentais nas requalificações da cidade, como responsáveis pela situação atual do bairro registrada nos dados do censo do IBGE, pesquisados em 2000 e 2010, quanto a área habitada e faixa etária e cor de pele.

No segundo capítulo foi apresentado o conceito de patrimônio, de acordo com François Mairesse e André Desvallées, 2013 desde sua origem até aspectos de sua transformação ao longo do tempo, considerando os debates da UNESCO nas ampliações da

noção do termo “patrimônio”, a alteração do artigo 216 da Constituição Federal; a patrimonialização como engessamento da memória com Henri Pierre Jeudy, em *Espelho das Cidades*, 2005 quando trata da reflexibilidade na representação do “outro” como sugere também, Gayatri Chakravorty Spivak (1942). Ademais, são discutidos aspectos dos usos do patrimônio relacionados à cidade e a conjuntura atual de problemas urbanos que afetam a área do objeto de estudo deste trabalho.

A natureza política do patrimônio no entendimento de George Yúdice (2006) a cultura como recurso, como um meio de atingir fins; também apresenta a funcionalidade do patrimônio com a troca do seu valor simbólico por seu valor de uso, como Françoise Choay afirma em *Alegoria do patrimônio*, o que Paulo Peixoto também assim entende, a patrimonialização como um processo que muitas vezes foge da sua real estratégia e finalidade. Utilizando-se ainda de uma *Cidade e Dois Prefeitos de Virgínia Pontual* (2001), o que a autora se refere a diversos episódios de intervenções dos espaços na cidade do Recife com demolições, atendendo ao mercado imobiliário para a construção de uma tipologia habitacional multifamiliar ou por força política como descreve Sá Barreto e Medeiros no caso do alargamento da Dantas Barreto, em 1970. Ainda, refere-se ao descontrole entre o ambiente construído e o ambiente natural pela desorganização das ocupações, sejam pelas construções em alvenarias ou de mocambos. Isso, resultando a geração de diferenças pela força do capital de acordo com princípios sociais e segregação urbana historicamente produzida.

Também, a globalização da cultura, na ideia de Paulo Peixoto, abordando o modelo de requalificação urbana padronizada com o objetivo de aumentar o fluxo turístico, baseadas na cultura como mercadoria. Já a questão das patrimonializações que Pierre Jeudy apresenta sobre a legitimidade desses patrimônios urbanos como estão sendo apresentados, como principal estratégia para os projetos de revitalizações. Estas causando, geralmente, uma saída dos habitantes que não conseguem sobreviver nestes lugares, (pelo encarecimento financeiro), produzindo o fenômeno de gentrificação, discutido por Neil Smith, 2007 e como se deu o processo no bairro da Torre.

No terceiro capítulo, utiliza-se do estudo desenvolvido pela Prefeitura da Cidade do Recife, através da Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural- DPPC, sobre o bairro da Torre, motivado pela solicitação de tombamento do cotonifício feita Grupo de Direitos Urbanos formado por ativistas em defesa do patrimônio da cidade e região, juntamente com alguns moradores do bairro.

No documento encaminhado à FUNDARPE, registra parte de argumentos da dinâmica de memórias que envolvem a relação deste lugar com os moradores do bairro, e a respectiva

seleção de memória para compor o que se chamou de “memória coletiva” não é o que Pierre Jeudy chama de “dinâmicas das memórias” que deve legitimar o que deve ou não ser patrimonializado. Daí, o importante estudo da DPPC, trouxe consistentes argumentos para essa abordagem, pois nele foram ressaltados outros aspectos estruturais do bairro, o que impulsionou a criação de duas zonas de preservação que estão sob tombamento provisório.

Ainda, referindo-se a outro estudo realizado na Torre por Carolina Braga e Karla Fagundes - 2015, com foco nas memórias de moradores de comunidades que estão em áreas de vulnerabilidades, o qual apresenta relatos que apontam vozes ocultas desse processo de tombamento do Cotonifício da torre, dando margem a um questionamento insistente, sobre de quem são as “memórias coletivas” que o DU diz estarem representadas no documento.

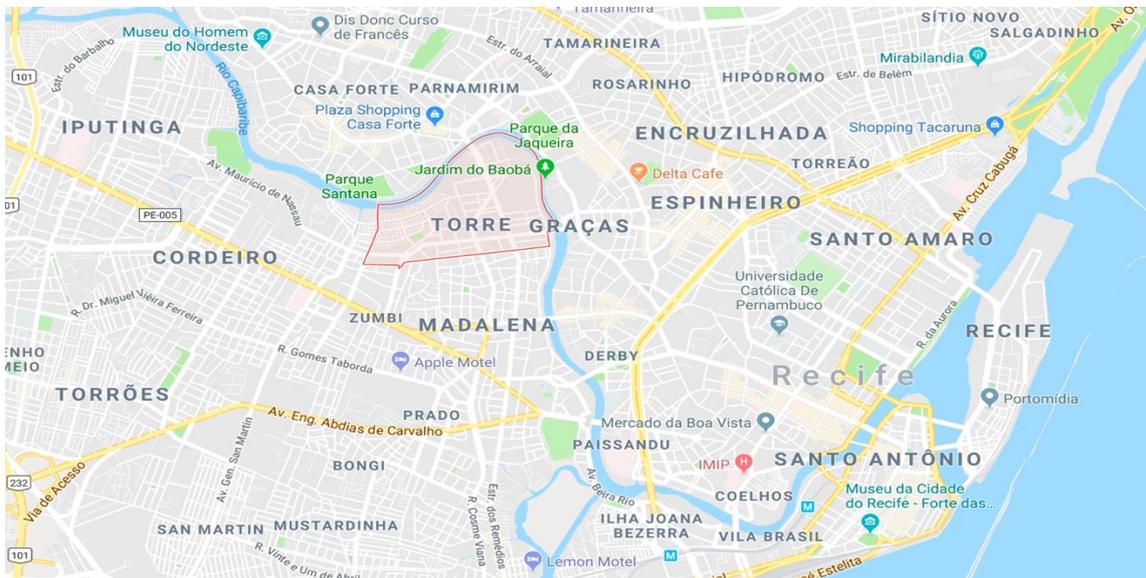
Por fim, este trabalho de pesquisa pretende a partir desta reflexão está contribuído com uma crítica aos usos do patrimônio, de forma a evidenciar que existem interesses por trás desses processos que precisam ser levados em conta, a fim de que se possa compreender a importância da patrimonialização para além de um entendimento que entenda patrimonializar como algo que é sempre bom, e que também possa levar em conta os problemas criados pelo seu uso para fins que não são os de preservar alguma coisa.

CAPÍTULO I - O Bairro da Torre

1.1 - Aspectos da urbanização do bairro da Torre

O algodão, como matéria prima da indústria têxtil, foi um produto vital para a indústria inglesa ao final do século XVIII e na primeira metade do século XIX. Os Estados Unidos eram, nesse período, a principal fonte de abastecimento deste produto para a produção têxtil britânica. Ao longo da Guerra Civil americana, o algodão brasileiro alcançou maior competitividade no mercado internacional, sendo que este crescimento durou apenas alguns anos. Neste momento, Pernambuco era um dos estados brasileiros que produzia o algodão de melhor qualidade e iniciava sua industrialização com a fabricação de tecidos, processo este que acontecia de forma similar em outros estados. Nos anos de 1920, a capacidade de produção no Brasil havia atingido um nível muito alto; porém, os tecidos ingleses ainda detinham grande competitividade no mercado interno e em países vizinhos. A razão para isso era que a indústria nacional ainda funcionava por meio de equipamentos antigos, tecnologia atrasada para a época, e produtividade inferior a produção inglesa, o que impactava negativamente no custo final do produto (Chacon, 1974).

Figura 1 – O bairro da Torre



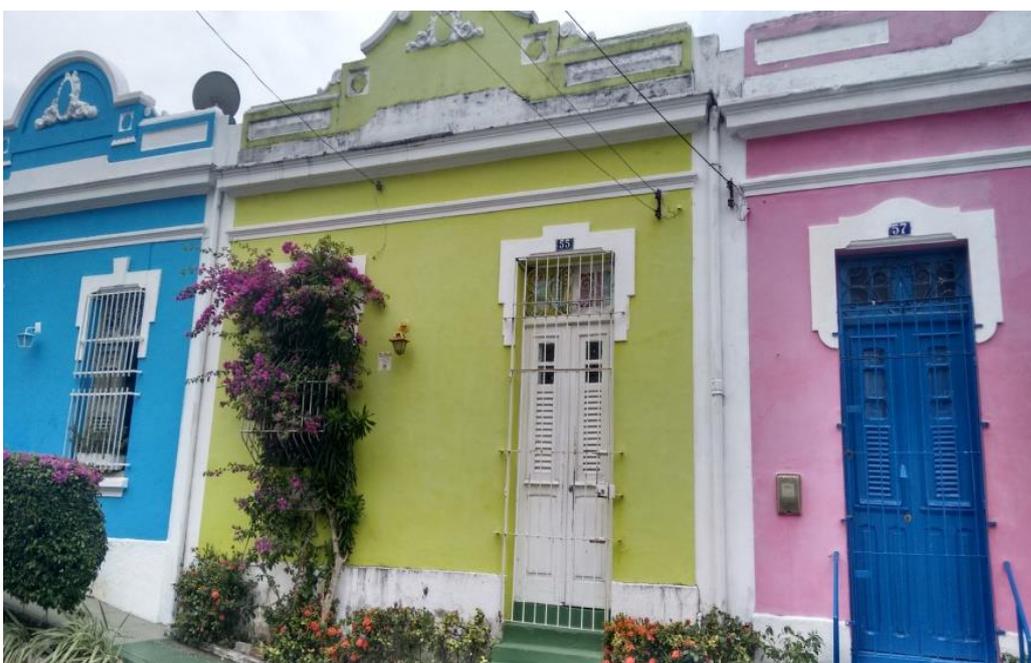
Fonte: Google maps 01/2018

Ao final do século XIX, várias fábricas estavam sendo instaladas às margens do rio Capibaribe, o que tornava Pernambuco, também, um produtor de tecidos ao invés de mero

exportador de algodão. Dentre elas, foi criada a Companhia de Fiação e Tecidos de Pernambuco, conhecida como fábrica da Torre, a qual foi inaugurada em 1884 e tornou-se uma das maiores fábricas do estado.

Por volta da metade do Século XX, a fábrica da Torre já produzia uma transformação significativa em seu entorno e o bairro já se expandia como uma importante área do Recife. Isto se dava por meio do crescimento das residências operárias, as quais existiam no sentido de permitir certo controle dos donos das fábricas sobre seus empregados, além de evitar que os operários, morando longe, perdessem tempo no longo trajeto entre onde moravam e o ponto de trabalho. Atualmente, estas edificações, (figura-03) encontram-se ainda servindo como moradia, algumas (também) com outros usos decorrentes da mudança do perfil do bairro (Costa, 2010).

Figura 03 - Casas remanescentes da Vila Operária - Rua Ana Nery, Torre.



Fonte: Foto da autora – novembro 2017

Já no início do século XX, a vila operária da Torre pertencia a uma tipologia residencial comum na paisagem do entorno das fábricas. Estas eram habitações exclusivas para operários da empresa proprietária dos imóveis que, comumente, se tratavam de indústrias têxteis, de papel, usinas de açúcar e etc. Em outros países, esses conjuntos receberam outras denominações tais como companytown, industrial village, entre outras. No Brasil, também foram nomeados de diversas formas, como vila operária, bairro operário,

núcleo operário e etc., dependendo do tamanho, do tipo de atividade que desempenhavam, da localização e do momento histórico que surgiam (Correia, 2001).

O termo “vila operária” serviu para designar um modelo de moradia voltado ao trabalhador pobre urbano, a fim de evitar que se alojassem em mocambos e favelas. Estas construções distinguiam-se com um sentido de “casas de família”, as quais haveriam de estar separadas da plebe (vagabundos, prostitutas, desempregados...), produzindo um status de trabalhador estável sobre aqueles que as habitavam. Tais moradores, embora habitassem casas independentes fisicamente, possuíam vínculos em razão de interesses comuns ao grupo. Tais ligações advinham do estilo de vida que levavam nesses espaços, dos problemas que vivenciavam nas fábricas e das suas próprias aspirações.

Por volta de 1930, as vilas operárias começaram a ser denominadas a partir de eufemismos, tais como “bairros proletários” e “bairros populares”, os quais retratavam a falência da estrutura social que as empresas impunham aos operários. Daí, a noção que o termo inspirava na população era de que se tratava de péssimos lugares. Sob a pretensão de mudar o sentido depreciativo do termo de vila operária da Torre, esta passou, em 1940, a ser denominada como Vila Santa Luzia. Como o bairro possuía diversas fábricas, o maior agrupamento de operários se dava exatamente na área da referida vila. Atualmente, há um aumento das construções em alvenaria e palafitas, na área da faixa esquerda do rio Capibaribe.

Inicialmente, a ocupação das vilas transparecia um propósito de proporcionar aos funcionários um bem-estar coletivo. Porém, a intenção patronal era a limitação de liberdade individual e familiar, assim como a própria otimização da exploração de mão de obra. Este contexto desencadeou graves conflitos sociais - enquanto lutas trabalhistas - com greves constantes (Correia, 2001).

Em meados dos anos 80, a antiga fábrica da Torre, assim como muitas outras indústrias têxteis, fechou. Esta encerrou suas atividades em 1982 e com o conseqüente desuso, as instalações foram compradas pelo Banco Nacional do Norte- BANORTE, enquanto que a Vila Operária, do entorno da fábrica, passou a ser desocupada. Parte das casas foi demolida, a exemplo das edificações da Rua Vitorino Palhares, para que nesse espaço fosse construído um importante empreendimento comercial (Atacado dos Presentes). Contudo, ainda restam algumas casas “operárias” na Rua Benjamim Constant e outras na Rua Ana Nery que estão preservadas na sua arquitetura original, (figura 03) além de mais algumas residências isoladas do mesmo tipo espalhadas pelo bairro. (DPPC, 2017)

Figura 02- Cartão Postal: Torre (arrabalde do Recife) – 1910.



Fonte: Coleção José Paiva Crespo, Acervo Fundação Joaquim Nabuco.

Outro elemento estrutural a ser considerado na composição e urbanização do bairro é o rio Capibaribe que, na metade do século XIX, era utilizado como via de transporte por meio de barcos e canoas. Este servia como via para viagens dos subúrbios para o centro, assim como para os passeios das famílias ricas, transporte de lenha e etc. Na Figura 02, é possível perceber que as casas construídas na margem direita do Rio possuíam escadas para a descida até os barcos.

As pontes são outro elemento importante e resultado da existência do rio. Aos poucos, estas serviram como marco na formação peculiar da paisagem, da identidade da cidade e também do bairro da Torre. Com a expansão da cidade, foi necessário criar ligações entre o centro da cidade e os arrabaldes. Portanto, se fazia necessário a construção de vias terrestres para o transporte coletivo e vias de acesso ao porto, pois, até então, este fluxo era feito exclusivamente por via fluvial.

Durante o século XIX, o rio foi o grande estruturador da expansão urbana da cidade do Recife. No entanto, com a crescente abertura de vias terrestres e pomposas construções habitacionais às suas margens, este deixou de ser utilizado como via de transporte. Na época, o Capibaribe era parte indissociável da paisagem dos bairros da Madalena e Torre e região, privilegiando aqueles que podiam morar em boas habitações às suas margens (Costa, 2010).

A ponte da Torre foi construída ainda no século XIX, originalmente em madeira, para interligar os bairros das Graças ao da Torre. Entretanto, foi destruída, parcialmente pela cheia de 1975 e reconstruída em seguida, em concreto. Ao mesmo tempo, surgiam novas e importantes ruas em razão do aumento do fluxo de pessoas e meios de transporte. Neste bairro, as vias abertas que se interligavam as margens do rio foram às seguintes: Real da Torre, que vai desde a Madalena até a rua Marcos André, onde fica o Supermercado Carrefour; a rua Conde de Irajá; a rua Padre Landim; e, por fim, a rua Conselheiro Theodoro. Tais vias citadas são ligações entre os bairros da Torre/Madalena com o centro do Recife e, por serem vias de acesso da elite pernambucana, estavam constantemente com obras de manutenção, calçamento e alargamento (Costa, 2010).

No mesmo período, belas casas residenciais (sobrados com ornatos em estilo europeu, com grandes jardins e terraços) foram sendo construídas às margens do rio, onde antes a paisagem era constituída por engenhos. Um raro exemplar dessa tipologia é encontrado na margem direita do rio, em frente, ao lado oposto, da fábrica da Torre como mostra a foto abaixo:

Figura 3- Vista da margem direita do rio Capibaribe



Foto da autora em 14/10/2017

Nesse contexto, a presença da pobreza também se fazia evidente, pois, na área ribeirinha, houve intensa proliferação de mocambos nos terrenos alagados e de mangues. Estes consistiam em construções improvisadas, com condições de higiene precárias, habitadas pela população mais pobre. As duas classes sociais tiveram uma relação hierárquica desde a

escravidão, sendo evidenciada nas distintas tipologias habitacionais - as casas-grandes e as senzalas, assim como nos sítios e ruas com as casas dos serviçais fora da área de moradia dos seus senhores, aspecto também consagrado por Gilberto Freyre em “sobrados e mucambos”. A este cenário, somavam-se casas simples de andar térreo, com plantas frutíferas no jardim em frente da porta, as quais eram destinadas a pessoas menos abastadas no bairro.

Atualmente, parte considerável dessas tipologias de habitação foi substituída por edificações verticalizadas. No entanto, as relações econômicas persistem entre os grupos sociais em condições distintas. Estas envolvem uma dependência da classe média/alta de atividades que requerem uma mão de obra barata para a prestação de serviços (porteiros dos prédios, empregados domésticos, jardineiros e etc.).

O distanciamento social entre os que possuem alto poder aquisitivo e os que não possuem, provocam um efeito de segregação social. Tal fenômeno não se refere apenas à tipologia de habitação e local, mas ao acesso a outros direitos que são advindos de políticas públicas, os quais estão disponíveis, apenas às parcelas mais abastadas da sociedade, reforçando, assim, as distâncias sociais e espaciais.

Ainda assim, o bairro desfruta de certo prestígio enquanto área habitacional para a classe média (algo perceptível pelos preços, oferta e demanda por moradias voltadas para esse grupo social). Ao mesmo tempo, é palco do referido processo de segregação social, o qual pode ser constatado por meio da comparação entre suas próprias áreas, onde se percebe um processo de favelização em uma parte e uma proliferação de novos prédios em outra.

1.2 – Problemas urbanos do bairro da Torre

...Tudo aí é, foi ou está para ser caranguejo, inclusive a lama e o homem que vive nela. A lama misturada com urina, excremento e outros resíduos que a maré traz, quando ainda não é caranguejo, vai ser (Josué de Castro, 2001)

No bairro da Torre as áreas centrais foram supervalorizadas e transformadas em espaço apto (em termos de infraestrutura e acesso a direitos básicos) para a classe média viver, enquanto que outras zonas foram transformadas em áreas periféricas e padecem dos mesmos problemas encontrados em bairros pobres da cidade. Segundo Maricato (2001) em

outras cidades também ocorre o mesmo fenômeno, ou seja, as classes populares dos bairros, as quais não têm condição financeira de usufruir das áreas prestigiadas, migram para as zonas periféricas de forma a manter os vínculos que são possíveis com o lugar. Assim, surgiram na Torre, vilas com construções em alvenarias e, já na faixa ribeirinha, ocupações com barracos e palafitas (de onde são despejados dejetos no rio).

Esta heterogeneidade inerente ao bairro é visivelmente, bastante aparente ao passo que, ao mesmo tempo em que existem as moradias vulneráveis, as zonas que agora são mais prestigiadas em decorrência de políticas de higienização paisagística estão permeadas de conjuntos de edifícios que se constituem em modelo de moradia para a classe média recifense desejosa de habitar uma área de boa localização na cidade.

Esse panorama de desigualdades é detectado em cartogramas do Censo Demográfico 2010 do IBGE, onde é possível perceber que os índices da Região Metropolitana do Recife apresentados correspondem a um dos piores índices de bem-estar urbano³ nacional, ficando acima apenas dos índices das regiões metropolitanas de Manaus e Belém. Ainda, conforme o censo, das 123 áreas estudadas, 84% apresentam péssimo índice de bem-estar urbano, enquanto apenas 7,4% é que possuem os melhores índices. Este último percentual abarca as áreas localizadas nos bairros tradicionais do centro/norte (Derby, Madalena, Torre, Graças, Espinheiro, Aflitos, Tamarineira, Casa Forte, Jaqueira, Poço da Panela e Apipucos).

No entanto, nenhuma discussão que envolva melhorias urbanas pode desprezar essa heterogeneidade inerente a cada bairro sob pena de silenciar os grupos mais pobres e agravar as desigualdades. O que resulta destas diferenciações acaba por permitir que grupos populacionais diferentes, ocupando o mesmo território urbano, criem formas de interação - como em uma simbiose, ou de uma segregação que implique na invisibilidade dos mais pobres (Souza e Bitoun, 2015).

Essas estruturas sociais são evidentes nas delimitações entre a área nobre - Nova Torre com os aspectos de superioridade da classe burguesa e outras áreas periféricas do bairro, principalmente a Vila Santa Luzia, pois a área se apresenta com todas as características da subalternidade da colonização.

O acompanhamento do desenvolvimento sócio-econômico da RMR, por este mesmo meio (o censo) permite perceber que foi o acesso à educação e à saúde, mesmo que estes serviços sejam de qualidade discutível. Na perspectiva de desenvolvimento como no

³ Mede-se o índice de bem-estar social com fatores que indiquem o nível padrão de qualidade de vida, relacionados com ambiente, saúde, qualidade educacional, uso do tempo/trabalho, sociabilidade, participação em atividades culturais e de lazer. <http://queconceito.com.br/bem-estar> acessado em 25/04/2018

entendimento de Amartya Kumar Sen (2000) um fator que livra o indivíduo dos agentes que o tolhem da sua liberdade, como a pobreza, um das fontes cruciais de privação de capacidades. Entre outras a carência de oportunidades econômicas e sociais (participação política e de direitos básicos) na condição gerada pela ausência do Estado. Nesse contexto, é possível perceber que se agravaram problemas de outra ordem na região, algo que há de ser considerado em qualquer diagnóstico sobre a condição urbana da Torre.

Tais problemas se tornam visíveis por meio dos estudos realizados na região em razão da solicitação de tombamento do Cotonifício da Torre. Em 2013, a partir desta demanda, a Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural - DPPC, órgão da Prefeitura do Recife, iniciou estudos onde foram constatados vários problemas estruturais no bairro. Estes foram diagnosticados como resultado de falhas no planejamento urbano, o que tinha tornado a área conveniente para a construção desenfreada de empreendimentos imobiliários de luxo.

Figura 04 – O Cotonifício da Torre



Foto da autora - 10/07/2017

Esta proliferação de grandes edifícios residenciais é parte de um consagrado modelo de ocupação urbana em cidades brasileiras, a qual, ao somar-se a toda a ausência de infraestrutura na região, produz um cotidiano que é absolutamente danoso a todo cidadão, independente da área que ocupe principalmente quem não consegue se inserir nessa lógica de moradia.

Nesse aspecto a vida nas grandes metrópoles é complexa, a que George Simmel (1903) chama de “vida nervosa”, referindo-se ao corre-corre do cotidiano que o indivíduo está exposto, na economia de tempo, na economia das finanças, promovendo um estilo de vida, predominantemente de intensas relações comerciais/trabalho, enquanto que os relacionamentos

afetivos são reduzidos ao grupo familiar e alguns amigos (poucos). A desconfiança entre os indivíduos que usam a cidade reflete no estranhamento ou no tratamento indiferente uns com os outros. Esse ritmo o obriga a adotar comportamentos estratégicos, de modo que se adapte ao estilo de vida urbano, sem sofrer os males psicológicos que poderão acometê-lo. O que poderia ser diferente, caso pudesse utilizar o estilo de vida das cidades pequenas, aonde o convívio é cordial e solidário entre as pessoas, em todas as situações.

Daí, traçando um paralelo com o “arruar” de antigamente, de Mario Sette (1948) e o “arruar” na atualidade das grandes metrópoles, constata-se que o “além portas” de antes tem certas semelhanças com o de hoje. “Arruar! Ver apenas, não! Sentir a cidade... Arruar... Ver as ruas e penetrar-lhes a história. A história cronológica e a história social”. “Arruar” era um meio de transporte, uma espécie de cadeira conduzida por escravos, que simbolizava poder e ostentação. Passear pelas ruas da cidade nesse meio de transporte era prazeroso para as senhorinhas e moradores dos sobrados, e palacetes, pois era privilégio para poucos. A rua era um espaço perigoso para a elite, uma vez que se concebia (a rua) como um espaço constituído de coisas feias, proibidas e de má fama, como Sette descreve.

Entretanto, hoje não há mais esse arruar nesse sentido prazeroso, pois o além portas das ruas movimentadas ou mesmo desertas são transformadas em espaços públicos perigosos, deixando o seu uso desestimulado, sendo que este se dê por meio da utilização de um carro, é da mesma forma perigosa. Isto se dá tanto em razão da possibilidade do transeunte sofrer um assalto, como do próprio risco que corresponde ao atravessar vias com grande fluxo de automóveis. Este último detalhe, oriundo do tráfego sempre congestionado, é, portanto, consequência do que o bairro se tornou: zona de alto poder aquisitivo, o mesmo ponto que Sette descreve, afirmando que a elite não anda a pé.

Também, o sociólogo Roberto Da Mata (2010), em seus estudos sobre o comportamento humano dentro de carro, conclui que a sociedade ainda não se livrou do ranço da aristocracia - quem utiliza carros particulares possui uma superioridade social e segundo tal concepção, geralmente, obedecer à lei é sintoma de inferioridade. Assim, o trânsito retrata que nesse espaço (a rua) alguns podem mais que muitos e que ter um automóvel é concebido como símbolo de sucesso individual. Portanto, carro de passeio sempre foi um objeto de explícito choque das diferenças de classes sociais - ricos e pobres - uma classe dominante sobre outra dominada.

No Brasil, esta condição de dominantes e dominados é consequência de uma colonização portuguesa, uma vez que Portugal, como explica Boaventura de Sousa Santos (2003) também foi colonizado como semiperiférico ou subalterno pelo colonialismo Inglês dentro do

sistema capitalista global. Nessa condição de “Caliban” se refletiu como tal, nas suas colônias, uma vez que nunca mudou seu perfil no mundo europeu, como “Próspero”. Em estudos pós-coloniais apontam o colonizador como o soberano - “Próspero”⁴, enquanto “Caliban” é o colonizado subalterno. Porém, o colonialismo ainda hoje, é visível em todos os setores da sociedade: As relações do poder colonial, ocultando (sempre) as possibilidades emancipatórias das classes sociais desfavorecidas, quando as elites assumem suas representações partindo do princípio, cujo o “EU” seja homem branco, cristão, europeu, americano, civilizado e na contra posição desse padrão, excluído como cidadão, seja o “OUTRO”, o homem negro, o qual ainda carrega em si, o peso da escravidão; pobre, mulher; latino americano; indígena; homossexual; imigrantes e migrantes, etc.

Nessa eterna escravidão praticada por uma sociedade colonialista, o racismo, preconceitos, injustiças estão presentes no cotidiano de modo explícito e disfarçado, apesar de certas situações não serem assumidas como tais. Todos estes fatores estão presentes na vida de uma grande parcela da população, após 130 anos da lei que acabou a escravidão, mas que nunca deixou de existir. Esse quadro é retratado no bairro pelo abismo social gigantesco no que se refere aos direitos básicos que são negados à área periférica, enquanto que a área nobre do bairro sempre teve estes mesmos direitos como privilégios (Spivak,1942).

Assim, entre elite com todos os privilégios das políticas públicas e a outra parcela totalmente desassistida pelo Estado, Roberto Da’Matta (1985) em outro estudo, dar uma dimensão do que é público e o que é privado, ainda sugere o que é “casa” e o que é “rua”: Se o indivíduo encontra-se seja em qual ponto público, da cidade, ele não é reconhecido como pessoa é apenas um cidadão morador de algum bairro, talvez de alguma rua e ali de alguma casa. Esse é um lugar aonde ele é reconhecido como “gente” pelos familiares, ali é um membro importante, por mais diferenças que haja entre si, é um lugar de relativa proteção dos iguais, aonde o grupo familiar reconhece a violência como algo dos espaços públicos. Então, as ruas como lugar de circulação, de lazer, de trabalhos são transformadas em espaços cheios de conflitos que causam medo.

Este é um problema comum às duas áreas do bairro. Na área nobre – Nova Torre, as pessoas acessam as ruas por carro como estratégia de proteção contra a violência urbana (além das construções de altos muros, instalações de itens tecnológicos de segurança, etc.).

⁴ Próspero e Caliban são personagens shakesperianos, na peça Tempestade: o “Próspero” é um Duque de Milão que representa um mau governante e o Caliban um escravo.

<https://www.webartigos.com/artigos/analise-dos-personagens-de-a-tempestade-shakespeare/53162>

Disponibilizado em 05/05/2018

Nos fins de semanas e feriados usam os Shoppings Center como seus “lugares”⁵. Enquanto que a área periférica – a Vila Santa Luzia, seus moradores sem as mínimas condições financeiras para usarem os mesmos lugares de lazer, nem dignidade, tornam-se potencialmente, vistos como marginais. Isso, como aborda Teresa Caldeira (2000), ao classificar esses processos como novas formas de segregação espacial e discriminação social.

Todo este contexto possui parte de suas razões na Lei municipal de 16.719/2001, conhecida como a lei dos 12 bairros, que estabelece limite para o uso e ocupação do solo em algumas áreas da cidade do Recife. Os bairros da zona norte da cidade que não foram contemplados por esta lei, como a Torre, Madalena e Casa Amarela, Rosarinho sofreram um intenso fluxo de construção de novos empreendimentos, resultando nas transformações que o adensamento habitacional provocou na estrutura paisagística, social e ambiental da região.

Conforme dados dos censos do IBGE, o bairro da Torre, no ano de 2000, possuía enquanto área mais populosa a região da Vila Santa Luzia⁶ e seu entorno. No entanto, em 2010, tais dados apontam que a parte mais populosa passou a localizar-se nas imediações da fábrica, na região conhecida por Nova Torre, e ao longo do Rio Capibaribe. Esta última, antes com pouca população, atribuindo-se esse resultado a chegada dos novos moradores.

Ainda, na Nova Torre, o fator que desencadeou esse crescimento populacional consiste no grande número de habitações em grandes edifícios construídas ao longo desse período. No que diz respeito ao perfil destes “novos” habitantes da Torre, os moradores de 25 a 59 anos preenchem o percentual de 53,52%, enquanto que os idosos (mais de 60 anos) são 12,46%. Em meio a este grupo, 55,54% correspondem a pessoas de cor de pele branca, dado este que se comparado ao predominante número de pessoas de cor de pele negra e parda na Vila Santa Luzia, torna-se bastante simbólico e explicativo do perfil de moradores de ambas as regiões.

Essas mudanças nas estruturas de bairro operário para bairro habitacional trouxeram novas formas geográficas/paisagista e econômico-sociais, as quais desencadeiam fenômenos como gentrificação/segregação social o que abordaremos a seguir.

⁵ Apesar dos Shoppings Center serem espaços privados com acesso ao público, não são públicos, como também outros espaços, por exemplo, aeroportos, salas de espera, estações de metrô, etc. São próprios de fluxo de pessoas em trânsito, não formadores de identidades, portanto são não-lugares (Augé, 1994).

⁶ A Vila Santa Luzia, localizada na zona oeste do bairro da Torre, à margem esquerda do rio Capibaribe, iniciou-se após o fechamento da fábrica da Torre, com as desocupações e demolições das vilas operárias. Hoje, ocupa o entorno da Praça Barreto Campelo até a área ribeirinha do Capibaribe. (Braga e Fagundes, 2015).

CAPÍTULO II - Patrimonialização e Gentrificação

2.1 - O conceito de Patrimônio e o gesto da patrimonialização

A necessidade de tornar mais claro, ou coerente, o que vem a ser as razões que configuram simbolicamente algum bem cultural, e que determinam que este precise ser protegido, implica levar em conta o que vem a ser a própria expressão patrimônio, conceito este que agrupa questões em torno de simbolismo e preservação, conforme define Cecília Londres (2005):

“Patrimônio é tudo o que criamos, valorizamos e queremos preservar: são os monumentos e obras de arte, e também as festas, músicas e danças, os folguedos e as comidas, os saberes, fazeres e falares. Tudo enfim que produzimos com as mãos, as idéias e a fantasia” (Cecília Londres)

De acordo com François Mairesse e André Desvallées (2013), o termo possui uma trajetória histórica e sua origem advém do latim, quando remetia a um bem tido como herança familiar, (*patri* = pai + *monium* = recebido). Apesar dos termos patrimônio e herança serem bem distintos, ambos têm uma temporalidade diferente, pois ‘herança’ é definida após a morte (do proprietário), ao se referir a bens ou riqueza de um indivíduo, família ou empresa, enquanto que, o termo “patrimônio” referindo-se a um bem cultural é o conjunto de bens herdados na sua representatividade e conservados para uma transmissão de sentido aos descendentes, ambos os sentidos do termo se definem por “herança”.

No século XVIII este toma outra dimensão quando, após a Revolução Francesa, passa adquirir o sentido de propriedade coletiva ao designar a necessidade de proteger os monumentos simbólicos para a Nação, de modo que isso era do interesse para a população francesa, pois comporiam sua história para a transmissão (IPHAN, 2012). Já durante o século XIX, passa a ser usado também para designar conjuntos de bens imóveis. A partir da segunda metade do século XX seu sentido foi novamente ampliado e integrou o que vinha a ser o conjunto de testemunhos materiais do homem e do seu meio, algo que corresponde ao patrimônio folclórico, científico e progressivamente, o industrial.

A partir de 1970, a UNESCO promoveu debates em suas conferências na tentativa de ampliar a noção internacional sobre a cultura. Temas diversos que alcançaram ampliação em campos científicos como se refere Luiz Fernando da Silva¹ no GT-8 Cultura, Capitalismo

e Socialismo, estes, os temas de cultura e economia, cultura e desenvolvimento sustentável, cultura e combate às desigualdades sociais, cultura e direitos culturais, os quais não eram das Ciências Sociais, desde então, foram inseridos.

“A cultura deve ser considerada como um conjunto distinto de elementos espirituais, materiais, intelectuais e emocionais de uma sociedade ou de um grupo social. Além da arte e da literatura, ela abarca também os estilos de vida, modos de convivência, sistemas de valores, tradições e crenças.”
(UNESCO, 2005, p. 19)

No Brasil, o texto da constituição brasileira de 1988 no Art. 216 concede direitos à sociedade em escolher o “lugar” que a identifique pelas práticas representativas do seu “eu coletivo”, definindo-a como patrimônio cultural. Estas haveriam de ser bens, tais como no Art.V, conjuntos urbanos e sítios de valores histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico⁷.

Em tese, a expansão do conceito de patrimônio deu certa garantia aos bens portadores de referências de memória coletiva em não serem esquecidos. A partir de então, as lembranças do cotidiano dos indivíduos, dos estilos de vida ali vivenciados, suas artes, teriam a oportunidade de serem apresentados com toda sua simbologia patrimonial às novas gerações.

No entanto, o sentido de patrimônio o qual se quer empregar neste trabalho tem muito mais haver com outro sentido (distinto deste sentido antropológico apresentado acima) que a cultura alcançou na contemporaneidade. O que se pretende evidenciar, por meio desta noção a ser apresentada, é a natureza política do patrimônio e o questionamento sobre a obrigação moral em conservarmos e transmitir coisas para outras gerações.

Tal sentido está presente no entendimento de George Yúdice (2006), que afirma ser a cultura na atualidade, fundamentalmente, um recurso; um meio para atingir fins. Este sentido do que é cultura traz consigo também uma ideia de conveniência, que representa dizer que esta ganha importância, relevância, prestígio, potência e etc., ao passo que é apta/conveniente para alcançar alguma finalidade política, econômica ou social. Como resultado de tudo isso, os outros sentidos do que vem a ser cultura, acabam sendo esvaziados.

A maneira de George Yúdice compreender a cultura traz como consequência, uma visão da patrimonialização enquanto um processo que, normalmente, existe como um meio

⁷ Disponível em http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Constituicao_Federal_art_216.pdf acessado em 01 de fevereiro de 2018

para atingir um outro fim qualquer que, frequentemente, não tem a ver com memórias coletivas e sua preservação⁸.

Alguns autores chegam a apresentar, na própria descrição do que é a patrimonialização, sua função central ligada a outros objetivos os quais, normalmente, não tem a ver com a conservação da memória. Françoise Choay (2006) admite a funcionalidade do patrimônio – a troca de seu valor simbólico por seu valor de uso. O mesmo faz Paulo Peixoto (2004), que entende haver entre identidade e patrimônio um jogo retórico que torna um dependente do outro para afirmar e justificar suas respectivas existências; fazendo com que a patrimonialização torne-se um processo caracterizado pela não aparência de suas reais estratégias e finalidades – as quais, possivelmente, não são a preservação de memórias.

Todas estas questões em torno da relação entre patrimonialização, memórias e recurso estão muito bem descritas na crítica de Pierre Jeudy, a qual é fundamental para este trabalho. Para ele, a produção de patrimônio opera um enquadramento na dinâmica de memórias, o que acaba por ser algo que as petrifica além de silenciar aquilo que não se encaixou dentro do que se definiu enquanto “coletivo”. Se a reflexividade (o que o patrimônio reflete da sociedade, a sua identidade) é algo fruto de uma escolha, é inevitável perguntar o que acontece com o que fica fora desse reflexo.

É justamente sobre o ecomuseu que Pierre Jeudy dedica uma crítica contundente, ao afirmar que estes, no início se destinam a produzir vínculos entre os trabalhadores, havia matado a si próprios por terem patrimonializados as memórias tais quais fossem objetos, acabaram por ser transformados em grandes produtores de nostalgia (Jeudy, 2008).

O que é definido como coletivo (a ideia base para legitimar algo que é patrimônio), nunca é naturalmente algo inerente a toda uma coletividade. Alguém precisa definir por força política, que alguns aspectos são os verdadeiros elementos a representar o todo, e outros não. Isto implica em um problema sobre a legitimidade das memórias que representam uma coletividade, assim como também é um problema pelo fato de que “preservar memórias” pode ser algo absolutamente irrelevante quando se patrimonializa algo sob o objetivo de produzir algum tipo de benefício (social, econômico ou político) para algum grupo específico, enquanto que as legitimidades das alegações ficam invisibilizadas, e a patrimonialização não correspondem aos interesses populares.

Nesse sentido do silenciamento e ocultação das memórias coletivas, pela força dominante, como descreve Gayatri Chakravorty Spivak (1942), quando analisa os processos

⁸ Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=nPUzcHF---A> acessado em 01 de fevereiro de 2018

da possibilidade do subalterno “poder” falar na sua representação, o termo “poder” dar margem a vários sentidos: o pedir permissão, porque não lhe deixam falar ou não querem lhe escutar ou ainda no sentido de não poder porque não sabe o que falar ao se auto-representar, assim deixando fazê-lo pela força do “EU” dominante. Partindo dessa lógica de escolha do que deve ser preservado, foge do que Pierre Jeudy (2008) recomenda sobre a preservação patrimonial nas cidades modernas (muitas vezes exagerada), que a patrimonialização deve ser baseado no princípio da reflexibilidade, de modo que este bem patrimonial seja o espelho do cotidiano da sociedade que ele identifica com singularidade, esta se vendo refletida em si mesma, garanta a sua preservação para as novas gerações.

No entanto, nas negociações da patrimonialização, se o valor prevalecer como mercadoria, sobrepondo-se ao valor simbólico, corre o risco de perder sua função inicial da representatividade e para se evitar isso é necessário colocá-lo (o patrimônio) fora das negociações como mercadoria (Jeudy, 2008). Nessa perspectiva, a criação de “lugares” nos espaços públicos, utilizando-se do valor de mercado, desprovido do sentimento de pertencimento da sociedade como se refere Michel Certeau, (1994): “As ilhotas reabilitadas formam guetos de pessoas abastadas e as “curetagens” imobiliárias se tornam assim “operações segregativas”. resultando em esvaziamento, podendo ser espaços efêmeros, exigindo uma atenção especial para sua manutenção tanto dos usos (promoção de eventos festivos) como das estruturas edificadas.

O processo que está em questão neste trabalho é, justamente, o uso da preservação das memórias (o recurso) como argumento para patrimonializar um espaço e, com isso, obter outros fins (a requalificação urbana) para além da mera proteção patrimonial alegada no início do processo. Para além de colocarmos este processo em sintonia com as questões conceituais que guiam esta reflexão, é importante evidenciar que o objeto desta pesquisa não consiste em um aspecto novo e singular da história do Recife, no que se refere ao que foi ou deve ser patrimonializado. Como será apresentada a seguir, a trajetória da cidade é marcada por um conjunto de episódios semelhantes.

2.2 – Recife, patrimonialização e gentrificação

O processo histórico de urbanização da cidade do Recife está repleto de um grande número de episódios de intervenções lesivas aos espaços públicos e ao meio ambiente. Áreas de mangue ou leitos de rios foram aterradas ao longo dos tempos, transformados em ocupações, sejam de condomínio de luxo ou construções improvisadas.

A percepção das mudanças nas formas urbanas da cidade do Recife, já era um assunto que gerava manchetes nos jornais das décadas 40 e 50. Pois, os depoimentos de jornalistas, urbanistas e intelectuais da época eram registrados em tom de indignação com tamanha descaracterização: áreas do centro muito valorizadas, enquanto que outras áreas de mangue aterradas (menos valorizadas) deixaram de ser mangues para ser terra seca. Então os espaços antes desabitados eram o ambiente natural, mas ao tomar uma nova condição de áreas construídas foram provocando desequilíbrio ecológico.

Nesse período, apenas usineiros e grandes comerciantes possuíam condições financeiras de adquirir estes terrenos (em vias importantes) para construções habitacionais de luxo, os casarões, os quais, na atualidade, parte dessa tipologia foi sendo demolida para construção de edificações multifamiliares atendendo o mercado imobiliário (Pontual, 2001).

Ações de requalificação urbana em determinadas áreas foram recorrentes em muitos momentos da história recifense, quase sempre em nome do progresso e da modernidade. São exemplos disso a construção da Avenida Guararapes, em 1930, assim como o projeto da construção da Avenida Dantas Barreto, neste mesmo ano. Este só foi executado com a demolição da Igreja dos Mártires⁹ e mais 400 casas, em 1970. Os atos das demolições foram acompanhados por intensa comoção popular, por moradores da localidade e de outros bairros da cidade. O IPHAN tombou a referida igreja, pouco tempo antes desse evento. Isso serviu de mote para discursos dos responsáveis pelas obras, nos quais os acusavam de ser empecilhos para o crescimento/modernização/progresso do Recife (Sá Barreto e Medeiros, 2016).

Entretanto, a luta entre ambiente natural e ambiente construído não só foi uma questão ecológica, mas, um fator de desorganização e descontrole das ocupações do território da cidade. Segundo Virgínia Pontual (2001), durante a década de 50 a área central da cidade já possuía verticalização, com edificações algumas de muitos andares, como prova da chegada do desenvolvimento, enquanto que nas áreas alagadas de mangues eram ocupadas por construções em mocambos.

Esta realidade, que se constituiu em um processo de segregação socioespacial, é um fenômeno típico das grandes metrópoles – tais quais Recife – e é diretamente resultado das contradições inerentes as relações da dominação do capital. A partir do que descrevem Manuel Castells e Henri Lefêvre, dois dos mais importantes teóricos da questão urbana, é possível destrinchar algumas das linhas com as quais este fenômeno se caracteriza.

⁹ A Igreja do Bom Jesus dos Mártires foi construída em 1796, por pretos e pardos, com a fachada em estilo rococó. Foi destombada pelo Presidente Emílio Garrastazu Médice, em 1972, a pedido do então prefeito Augusto Lucena (Diário de Pernambuco de 13 de abril de 1972)

De acordo com a interpretação de Maurício Sogame (2011), Castells entende que existe uma diferença entre estratificação urbana – distribuição dos locais de residências de acordo com princípios sociais, e segregação urbana. Esta última seria resultado da imensa homogeneização das áreas residências com grandes diferenças entre elas, sendo estas compreendidas não só em termos das diferenças, mas também de hierarquia. Já Lefêvre, por conseguinte, aponta questões semelhantes ao tratar da segregação, pois para ele esta consiste em uma estratégia de diferenciação social. Em suma, o que fica evidente é que ambos tratam a segregação socioespacial, não enquanto fruto do acaso e de uma organização espontânea da cidade, mas como historicamente produzidas, pela lógica do capital.

Como parte dessa lógica de segregação urbana, as cidades têm produzidos modelos de moradia voltadas para as classes médias e altas, os quais estão fundados no distanciamento social enquanto elemento produtor de status. É o que Teresa Caldeira (2000) chama por enclaves fortificados¹⁰, os quais seriam um perfil de habitação que se espalha por várias cidades do mundo. Para ela, a construção desses símbolos da burguesia, na forma como se estruturam essas moradias é um processo que elabora distâncias sociais e cria meios para a afirmação de diferenças e desigualdades sociais. Tal entendimento pode ser verificado por meio dos próprios anúncios imobiliários, onde os dizeres das peças publicitárias exaltam os estilos de vida das classes média e alta como um lugar perfeito para ser feliz e expressam a segregação social como um valor.

No que diz respeito às adequações de áreas das grandes cidades, como Recife, são quase que obrigadas a adotarem um modelo de requalificação urbana para os espaços (nem sempre) vazios que se encaixam nos moldes convencionais do discurso da patrimonialização. Tais modelos atendem a uma padronização determinada pela globalização da cultura, tendo suas intervenções espetacularizadas, planejadas com um único objetivo: metrópoles concorrerem umas com as outras no aumento do fluxo turístico.

As estratégias para atingi-lo consistem na utilização de símbolos culturais locais em seu benefício, tal como se dá em Recife por meio do uso do Frevo, do Maracatu, em Salvador com as baianas e seus acarajés, e assim por diante. Mesmo que estas metrópoles sejam diferentes em muitos sentidos, sejam geograficamente ou economicamente são igualadas pelo modo com que foram pensadas em relação a suas revitalizações, baseadas na venda de uma mercadoria comum: a cultura. No entanto, nem sempre esses “lugares” correspondem aos

¹⁰ Tereza Caldera utiliza o termo “enclaves fortificados” não só para condomínios fechados, mas também para Shopping Centers e outros espaços controlados por guardas e câmeras para garantir a segurança dos seus usuários.

interesses populares, coletivos, indo de encontro às recomendações da Carta Mundial do Direito à Cidade de 2006, quando trata do acesso à terra e uso, também, acesso aos serviços públicos para todos, principalmente àqueles em situação de vulnerabilidade de modo que se beneficie do que o patrimônio possa oferecer a toda sociedade, democraticamente.

A ideia do consumo cultural urbano, globalizado, passou a ser um assunto muito debatido por estudiosos. Quando se trata da “morte” de grandes centros históricos, e do respectivo discurso em torno de sua urgente preservação, evidencia-se como a estetização desses “lugares”, transformados em pontos turísticos pode trazer riscos à vida local em razão da mercantilização da cultura.

Esses empreendimentos, de espetacularização de espaços urbanos, implicam em intervenções por vezes drásticas (tais como demolições e o desalojamento de moradores) gerando uma série de conflitos entre as noções de patrimônio cultural, políticas patrimoniais e planejamento urbano. Tais problemas trazem questionamentos sobre a legitimidade desses patrimônios urbanos, assim como se eles devem ser ou não preservados, uma vez que é o argumento proteger o bem cultural que está sendo usado como estratégia principal para projetos de revitalização urbana (Jeudy, 2005).

Essa insistência na prática desse modelo de consumo cultural permite não só a delimitação geográfica e social de poder nos espaços enobrecidos, como a prática de valorização dos usos, atraindo uma diversidade comercial como bares, restaurantes, cafés sofisticados, lojinhas de artesanato local etc. Porém, no caso dos espaços habitacionais e de trabalho, também ocorrem esses limites de poder, pois as edificações construídas em padrão de luxo estão disponíveis apenas para as classes alta e média, causando uma saída compulsória da região daqueles que não conseguem arcar com o custo financeiro de viver nesses lugares. Este processo é estudado e discutido sob o termo “gentrificação”, o qual se refere ao redesenho dos espaços urbanos e também remete a um tipo de higienização social (Smith, 2007).

De acordo com Daniel Luciano Gevehr e Franciele Berti (2017) o termo “gentrification” deriva de “gentry” que, na língua inglesa, é um termo que remete a pessoas de classes sociais privilegiadas. Este foi utilizado pela primeira vez por Ruth Glass, em 1960, ao analisar o processo de retorno da classe média ao centro de Londres, expulsando os moradores operários que ali residiam. Por ser este um fenômeno globalizado, muitos autores discutiram tal questão guiada por este conceito, produzindo uma extensa visão e pela diversidade de características, dependendo do contexto aonde o processo se efetiva, seja geográfico, político

ou social. Por isso, nas últimas décadas foram inseridos novos conceitos, não permitindo atribuir ao fenômeno, um conceito abordando apenas alguns aspectos.

Entre importantes teóricos da gentrificação, destaca-se o geógrafo Neil Smith. Em meio às tentativas de discutir os fatores que causavam a gentrificação argumentou que um desses fatores seria a diferença entre os imóveis desvalorizados numa área valorizada, isto despertaria interesses dos investidores adquirirem estas edificações (armazéns, casas casarões, prédios) por preços irrisórios, para após a aquisição as demolições serem efetivadas construções de novos empreendimentos habitacionais ou comerciais, tornando uma área revitalizada e com outros usos. Além disso, aspectos como reinvestimento de capital, melhoria social com a chegada de novos grupos de alta renda, mudança da paisagem e deslocamento de grupo de baixa renda foram percebidos como parte comum dos projetos que produzem efeitos gentrificadores, seja como gentrificação turística e gentrificação comercial são projetos de interesses do poder público no discurso que trará empregos, impostos e aumentará o turismo, usando nele os termos revitalização, regeneração e que todos se beneficiarão (Smith, 2007).

Embora seja um fenômeno global, a gentrificação existe enquanto algo que é também resultado de forças que são inerentes a cada região. Gevehr e Berti (2017) entendem que a suburbanização é causada pela desindustrialização, porém em cada região o processo ocorre com características próprias, conforme as estruturas econômicas locais, mesmo que seja marcante a saída do setor de produção em direção à prestação de serviços. O caso que está em estudo neste trabalho, por exemplo, embora apresente evidentes indícios de gentrificação, difere dos processos que ocorreram em outras áreas da mesma cidade, tais como no Bairro do Recife¹¹, considerado um modelo de sucesso no projeto de enobrecimento urbano, cujo processo foi de forte exclusão social já que esta se deu, essencialmente, como um processo de gentrificação turística (Leite, 2006).

Portanto, áreas revitalizadas podem ser reutilizadas enquanto locais elitizados para habitação ou como lugares para atividades turísticas e de entretenimento. Normalmente, estes funcionam voltados para os grupos mais ricos, pois os empreendimentos sofisticados acarretaram uma supervalorização dos usos e reforçam a exclusividade de consumidor. Assim, gentrificação e turismo se beneficiam entre si.

¹¹ 3º objetivo do Plano de Revitalização do Bairro do Recife: tornar o Bairro um “centro de atração turística nacional e internacional”. Durante a efetivação do Plano em 1998 o bairro foi tombado pelo IPHAN como patrimônio nacional (Leite, 2006)

Contudo, ainda a partir dos mesmos autores, existem dificuldades em se explicar a gentrificação no Brasil, visto que muitos casos são atípicos em comparação a outras realidades estudadas. É o caso de como a gentrificação se processou no bairro da Torre, a qual está atrelada a revitalizações de áreas utilizando edificações antigas para empresas do setor de serviços e comerciais, tais como farmácias, consultórios e laboratórios médicos, ao mesmo tempo que casas residenciais estão sendo demolidas para dar lugar a novos empreendimentos.

CAPÍTULO III - O tombamento do Cotonifício Torre

3.1 - O processo de patrimonialização do cotonifício

Em Julho de 2013 foi encaminhado um documento de solicitação de tombamento do Cotonifício da Torre junto à Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco - Fundarpe, órgão pertencente à Secretaria de Cultura do governo do Estado. Esta ação foi idealizada por parte da sociedade civil da cidade do Recife. No pedido realizado, o conjunto de elementos a ser tombado foi descrito da seguinte forma:

“o tombamento dos remanescentes do conjunto fabril da Fábrica da Torre, de propriedade da Massa Falida do BANORTE e de outros proprietários, localizado no bairro de mesmo nome na cidade do Recife, compreendendo ao edifício da Fábrica de Tecidos, os remanescentes das Vilas Operárias e as outras edificações relacionadas à dinâmica industrial, delimitados pelas poligonais de tombamento descritas e visualizadas no mapa do Anexo 01.”

Na página oficial do "Direitos Urbanos"¹², a conjuntura que levou a esta iniciativa é melhor descrita e as razões que produziram tal movimento tornam-se mais claras. Como ponto de partida, o grupo apresenta uma notícia publicada em um jornal local sobre uma disputa entre empreiteiras (Odebrecht Realizações e Moura Dubeux) em relação à área em que se situa o Cotonifício da Torre. Em seguida, a preservação da história da região é reivindicada como o primeiro e crucial argumento em defesa de uma não-construção de mais um empreendimento imobiliário na região.

A fábrica e seu entorno são postas nesta narrativa como um marco histórico da economia de Pernambuco, sendo indissociáveis da própria urbanização e existência do bairro da Torre, e das memórias produzidas a partir da produção de algodão neste lugar. Com isso, o referido grupo alega ser necessário "dar o destino correto do Cotonifício Torre aos remanescentes da região" e impedir que se reproduza neste lugar o mesmo modelo problemático de urbanização que é tão marcante na própria região e na cidade do Recife.

O que vem a ser o destino certo para a área já está definido na narrativa do Direitos urbanos nos seguintes termos:

¹² O grupo Direitos Urbanos surgiu em 2012 com pessoas interessadas em política e preocupadas com os problemas da cidade do Recife. Expandiu-se através das redes sociais. <https://direitosurbanos.wordpress.com/about/> Acessado em 01/05/2018

"A fábrica deve ser recuperada no seu papel de referencial histórico do bairro e também passar a ser o seu referencial urbano mais forte, um ponto de convergência da comunidade. Algumas diretrizes para a sua transformação nesse sentido são de relativo consenso dentro do grupo: toda a área verde deve ser tornada pública e virar um parque; a vegetação de grande porte deve ser preservada; todo o patrimônio histórico deve ser recuperado, ter sua visibilidade restaurada e ser destinado a algum equipamento de livre acesso ao público, como um mercado público ou uma biblioteca pública, como a de Medellín, na Colômbia. Bons exemplos de reaproveitamento de estruturas industriais não faltam. Essas possíveis diretrizes para que a Fábrica da Torre volte a exercer um papel urbano importante não impediriam, a princípio, que parte do terreno fosse explorada comercialmente por incorporadoras, mas essa exploração deveria se dar já em conformidade com uma concepção da cidade que queremos e não conforme o modelo atual de cidade que se mostrou falido. Isso significa, pelo menos, uma forma de ocupação que não se segregue do espaço público, que ajude a induzir vitalidade urbana nas ruas e não a suprimi-la e que, por fim, restabeleça a permeabilidade do terreno e sua relação com a margem do rio."(Direitos Urbanos, 2013)

Em meio a tal descrição, chama atenção como a postura dos Direitos Urbanos sugere que tal grupo entende estar revestido de certa legitimidade em definir o que é a melhor coisa a ser feita com a área. Tal postura está implícita no uso de expressões tais quais "consenso" e "correto", o que faz parecer que o grupo se enxerga como uma instância capaz de articular as vozes do bairro da torre e, daí, tirar o que é o "certo" para o lugar.

O pedido de tombamento repercutiu na imprensa local de Recife, sendo claro como todos os meios compreenderam este gesto como uma reação à expansão urbana pautada pelas grandes empreiteiras da cidade. No Jornal do Comércio¹³, as falas trazidas - de moradores da região e de uma estudante de arquitetura - transparecem que a questão central para o pleito é produzir um uso para o espaço que solucione os problemas atuais de abandono. Em matéria da TVU Recife¹⁴, a advogada e ativista dos Direitos Urbanos argumenta que o que está em questão é a ausência atual de uma função social para o espaço, o que de acordo com a constituição configura uma situação que permite ao poder público atuar para desapropriar a área e destiná-la a uma finalidade que seja de interesse da população. Já no Diário de Pernambuco¹⁵, a fábrica da torre é problematizada em conjunto com outras fábricas do mesmo tipo situadas na região metropolitana de Recife, as quais se encontram sem uso e sob o alvo

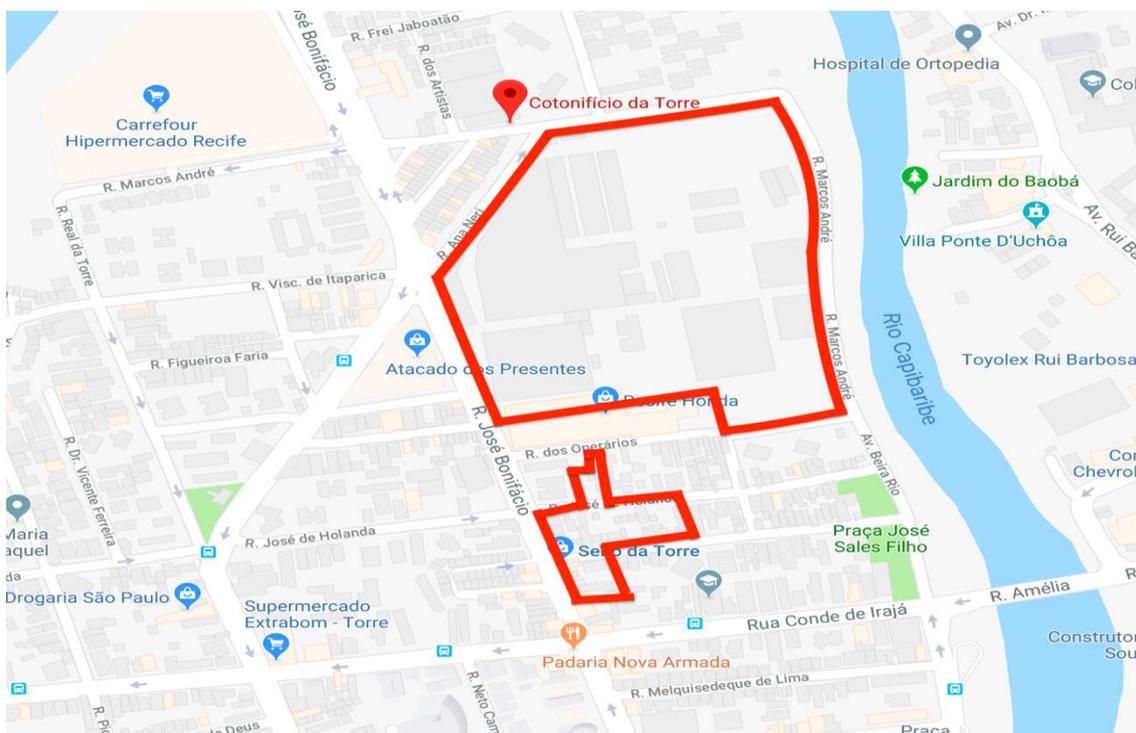
¹³Disponível em <http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cidades/noticia/2013/07/10/em-defesa-do-cotonificio-da-torre-89414.php> Acessado em 01/02/2018

¹⁴Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=OkHfDUFiCq0> Acessado 05/02/2018

¹⁵ Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=PKCzVb1tqH8> Acessado em 05/02/2018

de interesses privados, mas que, segundo o entrevistado (o então secretário de obras da cidade do Recife), há grande conveniência em utilizar estas áreas, principalmente, para finalidades de interesse público, assim como para preservar parte de seu conjunto arquitetônico.

Figura 05 – Área Tombada provisoriamente (demarcada em vermelho)



Fonte: Google Maps

Atualmente, o pedido de tombamento encontra-se tramitando na Fundarpe, com a análise sendo feita sob os dados levantados e registrados pela Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural - DPPC sobre o bairro da Torre. Este trabalho consistiu em um estudo e conjuntos de propostas que fariam parte de um Plano de Preservação, o qual deveria lançar as diretrizes para uma política urbana voltada para a preservação do Patrimônio Cultural do Recife. Neste, escolheu-se a Torre como projeto-piloto, justamente em razão das frequentes demolições de lugares passíveis de serem preservados e da própria demanda realizada pelo grupo Direitos Urbanos.

Tal estudo apontou para a necessidade de criação de uma Zona Especial de Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural (ZEPH), que é um expediente legal, de acordo com a legislação municipal, que permite proteger algumas regiões sob risco. Com isso, foram criadas duas zonas, que estão sob tombamento provisório, sendo a primeira a do sítio do Cotonifício e entorno, e a segunda a área da igreja da Torre, Praça Barreto Campelo (Praça da Torre) e seu entorno, as quais já se encontravam bem descaracterizadas.

Há de se registrar ainda a existência de certa incredulidade em meio a alguns moradores sob o real interesse das instituições governamentais em efetivar a patrimonialização do Cotonifício da Torre e seu entorno como marco cultural do bairro da Torre. Mediante a percepção que o que está em jogo é uma tentativa de se opor aos interesses do poderoso mercado imobiliário, a narrativa comum é que dificilmente o interesse público irá prevalecer. Essas reflexões sobre processos do tombamento da fábrica têm saído do âmbito dos técnicos, dos especialistas para o público através dos jornais em manchetes de capa como matéria principal do jornal impresso, publicado em 05/06/2018 no Diário de Pernambuco: “Fábrica da Torre pode ser tombada”, escrita por Anamaria Nascimento¹⁶.

3.2 - A dinâmica de memórias: quais as que merecem ser preservadas?

O grupo Direitos Urbanos firmou-se a partir de articulações na internet por interessados em política e problemas da cidade. As redes sociais foram um canal de comunicação importante para o crescimento do grupo. Estes iniciaram a efetivação dos seus anseios quando da ocasião do pedido de tombamento do Edifício Caiçara (demolido); mas, principalmente, em movimento opositor ao projeto Novo Recife. Em seguida, as ações se expandiram e fortaleceram-se sobre questões que tem a ver com intervenções de setores políticos e econômicos no planejamento urbano da cidade do Recife.

Os componentes do grupo são pessoas de diversas áreas do conhecimento científico, social, filosófico, artistas plásticos e cineastas. Em entrevista¹⁷, Leonardo Cisneiro, professor da UFRPE e membro do DU, em meio ao questionamento sobre “de quem é esta cidade, de quem é esse lugar?”, evidencia que esta é a pergunta que define o que está em jogo para o grupo, pois o DU luta para, justamente, construir uma cidade contrariando outros grupos que querem um modelo que representa o desenvolvimento, o progresso, um modelo sofisticado, voltado para o turismo e ricos, enquanto que a população pobre está sempre fora dessas discussões.

No entanto, o que a iniciativa do DU transparece com muita nitidez é que as memórias definidas como aquelas que são de uma coletividade, que é a comunidade Torre, são apenas

¹⁶Disponível em http://www.impresso.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/cadernos/vida-urbana/2018/06/05/interna_vidaurbana,188792/fabrica-da-torre-pode-ser-tombada.shtml
Acessado em 05/06/2018

¹⁷Disponível em <https://www.cartelacapital.com.br/blogs/caixa-preta/de-quem-e-esta-cidade-de-quem-e-este-lugar-6018.html> Acessado em 12/02/2018

aquelas que podem ser úteis a um processo de tombamento que inviabilize os empreendimentos desejados pelas referidas empreiteiras. Todo o apelo nostálgico ao charme de um passado exuberante, açucareiro, industrial e recheado de outros elementos cheios de simbolismo tais como as pontes, o rio, as famosas ruas da cidade, implica na percepção de que são estes elementos que possuem maior eficiência em convencer as instâncias necessárias de o que ainda existe na Torre deve ser preservado e que as transformações paisagísticas devem ser cessadas.

Entretanto, o que tal estratégia do DU obscurece é a existência de outras memórias e outras relações com o que eles definiram enquanto argumentos de tombamento. Tais possibilidades estão presentes nos posicionamentos de outros agentes do bairro - no geral, pessoas que não habitam os novos edifícios e que nem vivenciam experiências de classe média na região, algo que não se revela nas manifestações do DU que se apresentam fruto de consenso e ausente de incertezas sobre o que deve ser feito.

Durante a pesquisa de campo, com entrevistas não estruturadas, apenas com uma abordagem informal, realizada para este trabalho, em meio a uma visita a um ateliê de costura, foi possível desenvolver uma conversa com três ex-operárias. Quando questionadas sobre o que a fábrica representava para elas, responderam quase de forma uníssona que aquele foi um tempo de fartura, que ganhavam muito dinheiro, que os salários eram pagos em dia e que, além disso, era comum receberem brindes em tecidos nas festas de fim de ano. Prosseguindo a conversa sobre o cotidiano da fábrica nesse tempo, todas disseram também que não havia promoções funcionais, que quem exercia os cargos de chefia eram administradores de outras regiões, sendo citado o exemplo de um chefe que era oriundo da cidade de Blumenau.

Sobre os usos a serem dados ao espaço, estas sugeriram, de imediato, a reabertura da fábrica para que fossem gerados empregos. Em seguida, admitiram que seria bom também a construção de um hospital ou uma escola, mas rejeitando absolutamente as possibilidades de Praças ou equipamentos do tipo. Embora partilhassem do entendimento de que algo haveria de ser feito com o espaço do Cotonifício, elas se mostraram receosas que houvesse aprimoramentos que valorizam a área ao ponto de encarecer IPTU e impedir a existência de pequenos comércios na região.

Em outra conversa, com uma moradora idosa do bairro, esta declarou sentir estranheza no que diz respeito à rápida verticalização. Queixou-se também que as ruas eram impróprias para caminhar e que o que havia de prazeroso no bairro ainda era a vista para o Rio Capibaribe, contemplada da janela do seu apartamento. Contudo, pontuou que estava

certa que daqui a algum tempo iria perder esse privilégio, pois, ao olhar em direção à Vila Santa Luzia, conseguia perceber que cada vez mais estavam surgindo torres habitacionais que tomavam toda a sua vista.

Essa dimensão das memórias existentes nos moradores e usuários do bairro é parte daquilo que Jeudy (2008) chamou de “dinâmica das memórias”. É desta que advém o que a patrimonialização utiliza como matéria-prima para legitimar seu discurso sobre a preservação. No entanto, conforme fica sugerido, o que se entendeu como o que deve ser preservada pelo tombamento do cotonifício não contempla alguns entendimentos. Isto, no mínimo, provoca um questionamento sobre a legitimidade de tal pleito enquanto algo que representa a coletividade da Torre.

Sobre as memórias, é importante perceber que estas só são possíveis de serem acessadas em sua dinâmica, por meio das experiências do cotidiano, pois são nas relações de convivência dos moradores e nas suas falas que elas estão presentes (do porteiro, do morador, do comerciante, etc.). Desse modo, uma vez que não se registra estaticamente a dinâmica das memórias, torna-se um problema apresentar algo como a representação de uma memória coletiva. Esta condição gera algumas restrições sobre o discurso dos Direitos Urbanos que fundamenta o tombamento e torna apropriado que se observe um pouco mais as vozes do bairro com suas questões contemporâneas.

Carolina Braga e Karla Fagundes (2015) desenvolveram um interessante estudo sobre o bairro da Torre, com foco especial nas memórias de pessoas que moram em comunidades sob maior vulnerabilidade na região. Nas informações apresentadas, fica claro como políticas urbanas, mesmo bem intencionadas, que não consideram as vozes daqueles que estão sob as condições mais fragilizadas podem ser inconvenientes justamente para eles, os quais supostamente eram o grupo a ser verdadeiramente beneficiado.

Isto se torna claro por meio do episódio que envolveu uma política pública voltada para a retirada de pessoas que moravam em áreas muito vulneráveis. Neste, a Prefeitura do Recife construiu o Conjunto Habitacional da Torre e transferiu todos os moradores das palafitas que ficava na margem esquerda do Rio Capibaribe, em meio ao bairro da Torre. Parecia ter sido uma boa solução para todos, pois a Avenida Beira Rio também foi revitalizada e higienizada ao longo da sua extensão. Porém, aqueles que foram morar neste lugar, apelidado de Carandiru em alusão direta à famosa prisão, produziram relatos tais quais este:

“E justamente, porque Carandiru? porque você não consegue organizar as coisas, é uma prisão. A gente vive numa prisão, a gente não tem lazer. A

prefeitura não deu lazer a gente, a gente não tem vida própria. Então, Carandiru se chama uma prisão... Você acha que a gente tem vida própria? A gente não pode soltar um filho, a gente vive no meio da marginalidade. Lá era uma favela, mas aqui é uma prisão”(Braga e Fagundes, 2015)

No relato da moradora, nota-se que muitos preferem voltar para a favela, pois não foi dada a chance de decidir sobre o modelo de política a ser desenvolvido e os novos lugares tornaram-se incapazes de proporcionar a criação de vínculos afetivos com as próprias moradias, assim como entre os vizinhos. Portanto, são nessas falas silenciadas que se percebe o quanto invisíveis tais pessoas foram. Embora seja uma classe sem vez e sem voz, ainda assim são produtoras de memórias do bairro da Torre, pois estas pessoas vivem o lugar.

Ainda sobre a pluralidade de vozes na Torre, há ainda quem se posicione sobre o processo de verticalização como algo positivo, que perceba neste processo algo bom para a Torre. Estas vozes pertencem justamente, ao lado rico do bairro, que alega que isto é bom por não permitir gente pobre, já que seriam estes (mais especificamente, os moradores da Vila Santa Luzia) os protagonistas dos eventos de violência registrados (Caldeira,2000). Este mesmo grupo reclama, ainda, que o bairro não tem lugares comuns de lazer e que a preservação do Cotonifício/área verde e entorno seria a oportunidade de proteger e criar algo que beneficie o bairro.

Diante desse cenário, fica muito evidente que a iniciativa de tombamento do Cotonifício da Torre funciona a partir da instrumentalização da memória (patrimonializando-a) para um fim que, essencialmente, não tem a ver com a preservação de elementos históricos. Mas sim, proteger uma área da cidade dos males produzidos pela verticalização.

Embora sejam indiscutíveis as boas intenções de todos os agentes públicos e movimentos sociais envolvidos nesta empreitada, alguns questionamentos se tornam impossíveis de serem evitados. O primeiro deles é sobre o que haverá de ser desse lugar no sentido do tipo de pertencimento e interação a ser produzida entre os moradores, ou seja: em que medida as pessoas que o DU diz estarem representadas nas memórias que ele elenca estarão interessadas em enxergar no lugar tombado como um lugar seu? Um segundo questionamento, diz respeito a algo mais básico que é a própria legitimidade de se instrumentalizar a memória para fins que não tem a ver com sua preservação. Mais ainda, até que ponto tratar uma parte, um pedaço, como algo coletivo, dotado de uma exuberância diga de não ser nunca esquecida, não marginaliza e oprime aqueles que tiveram suas memórias e suas vozes deixadas de fora da “festa” da patrimonialização?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo se propôs a analisar o processo de tombamento do cotonifício Torre, com interesse especial nos aspectos políticos do uso da preservação da memória como justificativa para tal procedimento. Embora seja notória a capacidade dos membros dos Direitos Urbanos de fazer um bom debate sobre a cidade e da sua relevância política, o interesse no tombamento da fábrica apresenta uma série de problemas que tem muito mais a ver com o uso instrumental da memória (algo globalizado) e menos com uma incapacidade ou um equívoco particular de alguém ou de um grupo.

A escolha por apresentar a preservação da memória coletiva como argumento central para o tombamento, evidencia o jogo deliberado em atribuir valores e hierarquizar algumas memórias, a fim de convencer e obter legitimidade para os seus propósitos. A “memória coletiva” não é exatamente coletiva (no sentido de ser de toda uma comunidade), pois nesse caso é muito menos a voz dos pobres, e muito mais a representação da voz da classe média que se faz presente no processo como sociedade civil organizada. Entretanto, caso essa expectativa se confirme, o cotonifício tombado agregará valores prioritariamente interessantes a este grupo, desde a possível nova opção de lazer até a valorização dos imóveis existentes do entorno do “novo equipamento cultural”, processo este semelhante ao que Juliana de F. Costa (2010) apresentou em relação aos usos da paisagem do Rio Capibaribe, delimitando ainda mais, “lugar de rico e “lugar de pobre” no bairro.

Assim, efetivada a patrimonialização do cotonifício, além de reforçar as áreas do poder econômico como efeito dessa política, torna-se difícil, imaginar que um morador da Vila Santa Luzia possa fazer uso desse empreendimento cultural como seu espaço de lazer, como um lugar que preserva uma memória que não faz sentido absolutamente algum para ele. Mais ainda, é difícil também imaginar que o jogo de instrumentalização da memória, mesmo com o nobre pretexto de impedir a verticalização, não legitime que outras coisas possam ser ditas como “coletivas” e merecedoras de serem preservadas mesmo que a razão para isso não tenha nada a ver com preservação.

Daí, mesmo com tantas demandas e com um contingente tão grande de pessoas em condição de vulnerabilidade social no bairro da Torre, parece-me improvável que esse manejo da memória consiga produzir algo que vá além de um espaço que sirva para as pessoas ficarem nostálgicas de uma fábrica de algodão (mesmo com tantos relatos de exploração dos trabalhadores) e de uma Torre que já foi bucólica, ou de, no melhor das hipóteses, um lugar

de lazer e entretenimento que seja disputado entre a classe média e as pessoas das comunidades da região.

Enfim, em nenhum momento foi negada a relevância histórica e econômica da fábrica para o Estado, região e o bairro da Torre, apenas se apresenta aqui para reflexão o modo que se articulou o processo e se são legítimas as memórias, as quais foram selecionadas para a representação das memórias coletivas do documento de solicitação do tombamento, uma vez que a preservação do patrimônio deve ser de interesse coletivo, escolhido pela comunidade ou grupo com o qual se identifica.

REFERÊNCIAS

AUGÉ, Marc – Não-lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade – Coleção Travessia do Século Campinas-SP. 1994

SÁ BARRETO, Francisco; MEDEIROS, Isabela. Culturas do Passado Presente: um estudo Sobre o discurso da novidade e as políticas patrimoniais em uma Recife de três tempos. In: Anais do 40º Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais - ANPOCS, Caxambu- MG. 2016

BRAGA, Carolina de T.; FAGUNDES, Karla Carolina Santiago. DAS PALAFITAS AO CARANDIRU Mudanças sociais e espaciais no bairro da Torre. Anais do X Encontro Regional do Nordeste de História Oral: Historia Oral, Educação e Mídias. Salvador, 2015. Disponível em http://www.nordeste2015.historiaoral.org.br/resources/anais/11/1438705642_ARQUIVO_Das_palafitas_aoCarandiru.pdf acessado em 10/02/2018

BRULON, Bruno, A invenção do ecomuseu: o caso do écomusée du creusot montceau-les-mines e a prática da museologia experimental, 2006 Mana vol.21 no.2 Rio de Janeiro Aug. 2015.

CALDEIRA, Tereza Pires Rio, CIDADE DE MUROS: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo, Editora 34 Ltda. I Edusp - Editora da Universidade de São Paulo, 2000

CENSO, I. B. G. E. Disponível em: < [http://www. Censo2010. ibge. gov. br/](http://www.Censo2010.ibge.gov.br/)>. Acesso em, v. 23, 2010.

CERTEAU, Michel, (1994): A invenção do cotidiano: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1996

CHACON, Vamireh. Algodão e tecidos no Nordeste: um caso típico de interrelacionamento de agricultura e indústria. Ciência & Trópico, v. 2, n. 1, 1974.

CHOAY, Françoise, Alegoria do Patrimônio, São Paulo, Estação Liberdade Ed. UNESP (2001).

CORREIA, Telma de B. De vila operária a cidade-companhia: as aglomerações criadas por empresas no vocabulário especializado e vernacular. Revista brasileira de estudos urbanos e regionais, n. 4, 2001.

COSTA, Juliana de F. A paisagem do Rio Capibaribe como estratégia de marketing para o Setor Imobiliário. 2010. Dissertação de mestrado em Desenvolvimento Urbano. Universidade Federal de Pernambuco – CAC. Recife, 2010

DAMATA, Roberto. A casa & a rua, 1985. Fé em Deus e Pé na Tábua, 2010. Rio de Janeiro, Guanabara, Editora Rocco.

DE CASTRO, Josué. Homens e caranguejos. Editora Record, 2001.

DPPC, Plano de Preservação dos Sítios Históricos da Região Metropolitana do Recife (PPSH/RMR) 2017.

FONSECA, Maria Cecília Londres. O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 2.Ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/ Minc-Iphan, 2005.

GUARNIERI, Waldisa Rússio Camargo. Museologia e Museu,(1979). BRUNO, Maria C. de O. Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional. São Paulo: Pinacoteca do Estado: Secretária de Cultura: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2010.

GEVEHR, Daniel Luciano e BERTI, Franciele, Gentrificação: Uma discussão conceitual, Revista Políticas Públicas e Cidades, 2017.

IPHAN; Patrimônio Cultural. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/218> acessado em 20/09/2017

JEUDY, Henri-Pierre. Espelho das cidades. Rio de Janeiro: Casa das Palavras, 2005.
_____. Maquinaria Patrimonial. Revista de Urbanismo e Arquitetura, v. 6, n. 1, 2008.

LEITE, Rogério Proença, Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea- Campinas: Ed. da Unicamp; Aracaju: Ed. da UFS-2004. Patrimônio e enobrecimento no Bairro do Recife - Revista CPC, São Paulo, 2006.

MARICATO, Ermínia. Brasil, Cidades: Alternativas para a crise urbana, Petrópolis, RJ, 2001.

MAIRESSE, François e DESVALLÉES, André, Conceitos-Chave, , Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus: Pinacoteca do Estado de São Paulo : Secretaria de Estado da Cultura,2013.

PEIXOTO, Paulo. A identidade como recurso metonímico dos processos de patrimonialização. Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 70, p. 183-204, 2004.

PEREIRA DA COSTA, Francisco Augusto. Arredores do Recife. 2. Ed.autônoma. Recife: FJN. Ed. Massangana, 2001

PONTUAL, Virgínia. Uma Cidade e Dois Prefeitos. Narrativas do Recife das Décadas de 1930 a 1950 – Recife, Ed. da UFPE-2001.

Queconceito - Disponível em <http://queconceito.com.br/bem-estar> acessado em 26/04/2018.

REIGL, Alois. O culto moderno dos monumentos. 1903. Editora Perspectiva- São Paulo - 2014.

SANTOS, Boaventura de Sousa , O Própero e o Caliban 2003

SEN, Amartya Kumar. Desenvolvimento como Liberdade. São Paulo: Companhia das letras, 2000.

SETTE, Mario. Arruar: História Pitoresca do Recife Antigo. 1948. CEPE Editora

SILVA, S. S. A patrimonialização da cultura como forma de desenvolvimento: considerações sobre as teorias do desenvolvimento e o patrimônio cultural. Revista Aurora, n. 7, Jan/ 2011.

SOUZA, M. A.; BITOUN, J. Recife: transformações na ordem urbana. Letra Capital, Rio de Janeiro, 2015.

SMITH, Neil, Gentrificação, a Fronteira e a Reestruturação do Espaço Urbano -GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, 2007.

SOGAME, Maurício, Rudimentos para o Exame da Urbanização em sua Fase Crítica: uma Aproximação ao Conceito de Segregação Socioespacial - São Paulo 2001

SPIVAK, Gayatri Chakravorty, Pode o Subalterno Falar – 1942. Belo Horizonte- Editora UFMG, 2010

URBANOS, Direitos. Documento. de Pedido de Tombamento, 2013, disponível em: <https://direitosurbanos.wordpress.com/2013/07/09/grupo-direitos-urbanos-pede-tombamento-do-cotonificio-da-torre/> visitado em março de 2018.

YÚDICE, George. A conveniência da cultura: usos da cultura na era global. Ed. UFMG, 2006.